

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 760 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1998

Orçamento tem novas regras. Congresso vota hoje quatro MPs

Normas aprovadas por senadores e deputados reduzem prazo de tramitação da proposta. Na sessão de ontem à noite foram apreciados também créditos em favor de órgãos públicos

Hoje

CCJ Orçamento participativo está na pauta

Reunião hoje às 10h discute uma proposta de emenda constitucional instituindo o orçamento participativo e outra permitindo participação do capital estrangeiro na saúde.

CAS Movimentação de FGTS pelo servidor público

Comissão se reúne às 10h e vai discutir projeto permitindo movimentação de contas de FGTS de servidores públicos que mudaram de regime jurídico, passando à condição de estatutários.

PÁGINA 3

REFORMA PARTIDÁRIA Financiamento público das campanhas

Integrantes da comissão temporária discutem, às 11h, financiamento público das campanhas eleitorais e votam relatório final sobre suas atividades, desde abril de 1995.



Em sessão presidida por Antonio Carlos Magalhães, o Congresso apreciou também abertura de crédito para órgãos públicos

O Congresso Nacional aprovou ontem, às 21h30, projeto de resolução que regula em caráter excepcional a tramitação do projeto do Orçamento para o próximo ano. O prazo total da tramitação da proposta será reduzido a 36 dias, no máximo. Ao encerrar a reunião, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, convocou nova sessão para as 14h30 de hoje, destinada a apreciar quatro medidas provisórias relacionadas com a Previdência Social.

PÁGINAS 2 E 3

CAE exige tecnologia de empresas da Zona Franca

A Comissão de Assuntos Econômicos estabeleceu ontem novas regras para a criação e o funcionamento de empresas da Zona Franca de Manaus. Para ter direito a benefícios fiscais, elas terão que

comprovar a incorporação de tecnologias atualizadas em seu processo produtivo. O substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) ainda será apreciado em turno suplementar pela comissão.

PÁGINA 7

Senadores cobram apuração de "grampo"

Vários senadores cobraram ontem do Ministério Público a investigação das gravações clandestinas de autoridades federais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que o ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, seja convocado ao Senado para falar sobre o assunto.

PÁGINAS 4 E 5

Entra em pauta prescrição no meio rural

O plenário do Senado deve votar hoje proposta de emenda constitucional do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece em cinco anos o prazo para prescrição das ações trabalhistas rurais.



Jarbas pede apoio de ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem à tarde o governador eleito de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, acompanhado do deputado Inocêncio Oliveira (foto). O assunto principal do encontro foi a tramitação de medidas que afetarão a situação financeira daquele estado. "Pernambuco infelizmente ainda não fez seu dever de casa para se enquadrar nas medidas do ajuste fiscal, e vamos precisar do Congresso", informou o governador eleito.

Jarbas Vasconcelos disse que será preciso conseguir a colaboração tanto do Executivo quanto do Legislativo para se chegar a uma solução adequada. "É evidente que vou precisar do apoio do senador Antonio Carlos, que é uma das figuras mais importantes da República, pela projeção e responsabilidade", afirmou.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 11h - Recebe os senhores Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel, e Roberto Blois, vice-secretário-geral da UIT - União Internacional das Telecomunicações
- ▶ 14h30 - Presidência Sessão Conjunta do Congresso Nacional

CONGRESSO

- ▶ 14h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.674-57, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, devida pelas pessoas jurídicas; *MP nº 1.707-4, que dispõe sobre critérios especiais para alienação de imóveis de propriedade do INSS; *MP nº 1.721, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais; e *MP nº 1722, que institui normas relativas ao exercício, pelo advogado-geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União. *Plenário da Câmara dos Deputados*

PLENÁRIO

Após sessão Conjunta do Congresso Nacional - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); *PDL nº 135/97, que renova a concessão da Rádio Pousada do Rio Quente (Caldas Novas-GO); *PDL nº 138/97, que renova a concessão de TV à Empresa Portogaleense de Comunicação, em Porto Alegre-RS; e *PDL nº 140/97, que renova a concessão da Rádio Cultura (Ilhéus-BA)

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que permite a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde; e *PLS nº 80/97, que dispõe sobre criação e desmembramento de estados e territórios. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 11h - Comissão Especial destinada a estudar a Reforma Político-Partidária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Congresso aprova rito sumário do Orçamento de 99

Lideranças partidárias pretendem votar a matéria antes do encerramento da atual sessão legislativa, em 15 de dezembro

Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, o plenário do Congresso Nacional aprovou ontem à noite projeto de resolução que regula, em caráter excepcional, a tramitação do projeto de lei orçamentária anual para 1999.

A proposta, incluída na pauta de votações do Congresso através de requerimento de urgência apresentado pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi apresentada pelas Mesas da Câmara e do Senado em decorrência do ano eleitoral - que reduziu o tempo efetivo de análise da peça orçamentária pelos parlamentares - e aprovada pelo plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Programa de Estabilização Fiscal, por sua vez, foi apresentado pelo governo federal no final de outubro e re-

duziu ainda mais o tempo de tramitação do Orçamento no Congresso, pois determinou uma revisão dos números da proposta original em função dos cortes nas despesas previstos no programa de ajuste.

Apesar disso, as lideranças partidárias pretendem votar a matéria antes do encerramento da atual sessão legislativa, em 15 de dezembro.

O Poder Executivo foi autorizado pelo plenário do Congresso a abrir créditos no valor total de R\$ 15.235.589



Congresso também aprovou, na sessão de ontem, créditos suplementares para a Justiça e o Ministério do Planejamento

em favor de vários órgãos do Poder Judiciário. Outro projeto de crédito suplementar autorizado pelo Congresso beneficia o Ministério do Planejamento e Orçamento, que ganhou uma dotação de R\$ 237.475.

Os novos prazos do orçamento

- até 8 dias para apresentação de emendas;
- até 2 dias para publicação, impressão e distribuição dos avulsos das emendas;
- até 17 dias para apresentação e votação do relatório final do colegiado;
- até 3 dias para sistematização do parecer da Comissão de Orçamento;
- até 2 dias para discussão e votação do relatório no plenário da comissão;
- até 1 dia para discussão e votação da redação final na comissão, quando o parecer estará em condições de ser submetido à apreciação do plenário do Congresso.

Comissão irá ouvir Paulo Paiva

Na próxima terça-feira, às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento realizará audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, conforme anúncio feito ontem pelo presidente, deputado Lael Varella (PFL-MG). Os parlamentares também deverão debater a proposta de lei orçamentária para 1999 com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em data a ser confirmada.

Crédito para a Marinha

A Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização autorizou ontem a abertura de crédito suplementar, pelo Executivo, no valor de R\$ 18,8 milhões em favor do Ministério da Marinha. Os recursos, originados de operação de crédito interna junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinam-se à aquisição e modernização de embarcações e à modernização da Escola Naval. Os dois ob-

jetivos integram programa de reaparelhamento da Marinha.

A comissão aprovou o parecer do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), a cinco emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo sobre as contas do governo referentes ao exercício financeiro de 1996. Ele acolheu só uma emenda, que substitui a expressão "contas do governo" por "prestação de contas do presidente da República".

Suplicy pede apuração do assassinato de fotógrafo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem em plenário ter encaminhado ofício ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, solicitando a apuração do assassinato do fotógrafo Miguel Pereira de Melo, em Marabá (PA). Conforme o parlamentar, esse fotógrafo registrou a morte dos 19 trabalhadores

sem-terra vitimados em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

Suplicy afirmou que Miguel estava arrolado agora como testemunha no processo que apura responsabilidades na morte dos sem-terra. Ele ressaltou a importância de a Justiça dar proteção aos demais jornalistas que cobri-

Chefes dos três Poderes discutem novo teto salarial

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), informou ontem que uma nova reunião dos chefes dos Poderes da República para fixar o teto salarial dos funcionários públicos será realizada em dezembro. Até lá, serão desenvolvidos estudos para encontrar a melhor alternativa diante da situação do país:

- Paramos para pensar. Ficamos de trocar informações sobre a quanto monta a despesa em cada área, para então fixar o teto e a data em que entrará em vigor - esclareceu ACM.

Antonio Carlos explicou que a reunião de ontem, durante almoço na residência do deputado Michel Temer, presidente da Câmara, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente do STF, ministro Celso de Mello, não foi conclusiva. Segundo ele, a decisão será tomada levando em conta "a situação atual, as necessidades dos magistrados e do Legislativo". "Vamos ver quanto tudo isso vai representar para o país", afirmou.

De acordo com a Constituição, nenhum servidor poderá receber mais do que os ministros do Supremo Tribunal Federal, mas a fixação do teto, conforme decisão do próprio tribunal, deverá ocorrer por meio de projeto de lei encaminhado ao Congresso pelos presidentes dos três Poderes.

PREVIDÊNCIA

Com relação à possibilidade de alguns destaques da emenda da reforma da Previdência retornarem ao Senado, para nova votação, Antonio Carlos reafirmou seu entendimento de que isso não seria necessário. Ressaltou, no entanto, que "se o entendimento das duas Casas, notadamente das suas comissões de Constituição e Justiça, for diferente, faremos voltar". O senador lembrou que, no caso da reforma administrativa, por exemplo, as mudanças operadas no Senado não tiveram de voltar à Câmara.

ram os fatos resultantes naquelas mortes. Disse que outros profissionais, como Marisa Romão e Osvaldo Araújo, também sofreram ameaças.

- Cobramos do ministro da Justiça e solicitamos do governador Almir Gabriel que dêem proteção, antes que mais tragédias ocorram - disse.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão aprova nomes de três novos embaixadores

Os nomes dos novos embaixadores do Brasil no Cazaquistão, em Granada e na Polônia foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores, em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Para o Cazaquistão, foi indicada Thereza Maria Machado Quintella, que já ocupa o cargo junto à Federação Russa. Para Granada, foi indicado Cláudio Maria



O senador Romeu Tuma presidiu a reunião da CRE

Henrique do Couto Lyra, que já exerce o cargo junto à República da Guiana. Os nomes ainda serão apreciados em sessão do plenário do Senado.

Os demais itens da pauta – decretos legislativos aprovando textos de tratados internacionais – foram adiados para a

próxima reunião da comissão, entre eles o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Coreia do Sul e o Acordo de Cooperação em Turismo entre Brasil e Guiné-Bissau.

A reunião contou com a presença dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Joel de Hollanda (PFL-PE), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Bernardo Cabral (PFL-AM), Benedita da Silva (PT-RJ), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS).

CAS aprecia movimentação de FGTS por servidores

Em reunião marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), apreciará, entre 17 itens, projeto que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS pelos servidores públicos quando houver mudança de regime jurídico. A proposta é do senador Francelino Pereira (PFL-MG) e recebeu parecer favorável da relatora, senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Na pauta da reunião, destaca-se ainda projeto do senador João França (PPB-RR) que obriga as montadoras de automóveis a manterem em fabricação durante cinco anos qualquer lançamento de sua linha. Também será apreciada proposição do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na CLT. O relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável.

Começa hoje a votação das medidas provisórias que alteram a Previdência

Sessão conjunta com essa finalidade foi convocada ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, logo após a aprovação das regras de tramitação do Orçamento para 1999

Ao encerrar na noite de ontem a sessão do Congresso que aprovou as regras excepcionais de tramitação do Orçamento para 1999, o senador Antonio Carlos Magalhães convocou outra sessão conjunta para hoje, às 14h30, destinada a apreciar quatro medidas provisórias (MPs) relacionadas com a Previdência Social.

Deverão ser votadas as seguintes MPs: 1674/57, que trata da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) devida pelas pessoas físicas; a 1.707/4, que dispõe sobre os critérios especiais para alienação de imóveis do INSS; a 1.721, sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais; e a 1.722, que institui normas relativas ao exercício, pelo advogado-geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações criadas e mantidas pela União.

Na manhã de ontem, os líderes dos par-



José Roberto Arruda pediu "prioridade total" à votação das matérias que compõem o programa de estabilização

tidos que apoiam o governo no Congresso e o ministro da Previdência e senador licenciado Waldeck Ornelas estiveram reunidos para definir as prioridades de votação dentro do conjunto de medidas

que compõem o Programa de Estabilização Fiscal. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que são três as prioridades: "primeiro, votar o Orçamento; segundo, votar todas as medidas provisórias relacionadas com a Previdência e, terceiro, votar o aumento da CPMF".

Como o Orçamento já está sendo analisado pela Comissão Mista do Congresso, "a prioridade agora é votar as medidas provisórias relacionadas com a Previdência Social, para que a reforma já aprovada pelo Congresso seja promulgada, regulamentada e, enfim, possa começar a fazer seus efeitos", declarou Arruda.

– Em princípio, vamos começar a votar as medidas provisórias mais simples, que não receberam emendas e já foram analisadas pelas comissões, como a que

define a atuação do advogado-geral da União dentro da Previdência e a que dispõe sobre a alienação de imóveis do INSS – informou Arruda. As MPs são aprovadas com maioria simples do Congresso.

A previsão do senador Arruda é de que todas as MPs sejam votadas até o dia 15 de dezembro. Até lá, o Congresso Nacional deve realizar sessões todas as quartas-feiras. Arruda quer que, nestes dias, não sejam realizadas sessões isoladas da Câmara e do Senado para que os parlamentares possam dar prioridade "total" à votação das matérias que compõem o programa de estabilização nas sessões conjuntas do Congresso Nacional.

Sobre a CPMF, o senador informou que o tema ainda será objeto de muita discussão. "Por enquanto", disse Arruda, "os líderes estão estudando os aspectos regimentais para definir a forma de votação do aumento da CPMF". Ainda de acordo com Arruda, "a definição sobre o assunto deve sair no máximo nesta quarta-feira".

Renovadas concessões para três emissoras de rádio

Três emissoras de rádio, dos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás, poderão funcionar por mais dez anos. A renovação das concessões foi aprovada ontem pelo plenário do Senado e be-

neficia a Rádio Sociedade da Bahia, de Salvador; a Rádio Carijós, de Conselheiro Lafaiete (MG); e a Rádio Cidade, de Anápolis (GO).

A renovação recebeu pareceres fa-

voráveis dos relatores na Comissão de Educação, senadores Djalma Bessa (PFL-BA), Francelino Pereira (PFL-MG) e Iris Rezende (PMDB-GO).

Durante a votação, o senador

Francelino Pereira afirmou que a Rádio Carijós vem prestando "há 40 anos relevantes serviços à sociedade de Conselheiro Lafaiete" e de outras 60 cidades próximas.

Requião acusa prefeito de burlar resolução do Senado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou ontem, em discurso, que o prefeito de Curitiba, Cássio Tanigushi, está tentando burlar, "com criatividade", resoluções do Senado e do Banco Central que proíbem a renovação de empréstimo do tipo Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) nos seis meses que antecedem o final de mandatos de prefeitos e governadores. O prefeito determinou que a empresa de urbanização de Curitiba emita debêntures, gerando dinheiro não para financiar projetos da empresa,



Segundo Requião, o prefeito de Curitiba renovou operação de ARO em período proibido pela lei

mas para pagar o empréstimo ARO.

– Agora, o prefeito procura, junto ao conselho da empresa de urbanização, maior velocidade na operação, admitindo que precisa fazer a emissão das debêntures antes que o Banco Central e o Senado percebam a brecha que encontrou na legislação – afirmou.

Roberto Requião denunciou ainda "outra operação extremamente criativa e corrupta por parte do governo do Paraná", esta envolvendo o Banco do Estado do Paraná, "banco quebrado neste governo" e cujo saneamento consta de operação financeira que será apreciada pelo Senado.

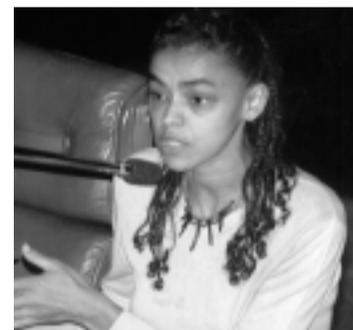
Depois de conceder empréstimo, "praticamente sem juros", do Banestado a empreiteiros, porque não pode pagar-lhes e também não quer paralisar obras, o governo estadual determinou à Companhia de Energia Elétrica do Paraná que fizesse um depósito no banco sem receber qualquer remuneração. "É uma operação fraudulenta, prejudica os acionistas minoritários da empresa e demonstra a configuração moral do governo Jaime Lerner", completou o senador paranaense.

Técnica de esterilização de sementes preocupa Marina

Uma nova técnica que torna as sementes agrícolas estéreis está preocupando a senadora Marina Silva (PT-AC). A senadora citou ontem reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* explicando que a técnica, desenvolvida por pesquisadores americanos, pretende "acabar com a milenar prática de guardar as melhores sementes para produzir uma nova safra, usada principalmente em países subdesenvolvidos". Marina Silva teme que interesses meramente comerciais acabem provocando danos aos ecossistemas e prejuízos à agricultura de base familiar.

– Eles isolam um gene que cria uma proteína que impede a germinação. Desse modo, os agricultores ficarão eternamente nas mãos dessas empresas – denunciou a senadora.

Para Marina Silva, a informação ganha maior importância devido à forte base agrícola do Brasil. "Estão pensando mais no mercado do que em medidas que possam erradicar a miséria", afirmou. A senadora citou o caso da soja transgênica, produzida por meio de engenharia genética. Ela criticou a permissão para que experiências desse gênero sejam feitas no Brasil, enquanto países



Marina teme que agricultores fiquem "eternamente nas mãos" de empresas estrangeiras

da Europa estão impondo limites aos produtos transgênicos, e defendeu a necessidade de um amplo estudo dos efeitos deste material para a saúde.

– O Congresso Nacional deve acompanhar essa discussão e o Brasil não pode considerar essa prática normal – afirmou a senadora, ressaltando que uma produção sem alterações genéticas poderia ter maior facilidade de inserção no mercado internacional.

Marina Silva é autora de um projeto que impõe moratória para a produção da soja transgênica no Brasil.

Falcão soube por Collor da existência de documentos

O senador Djalma Falcão (PMDB-AL) disse ontem que, antes do primeiro turno das eleições passadas, o ex-deputado Cleto Falcão o procurou em Maceió, a fim de marcar um encontro seu com o ex-presidente Fernando Collor de Mello. O encontro foi marcado para as 21h de uma quarta-feira, na residência de Cleto Falcão. Nesse dia-



Djalma Falcão entende que tudo não passou de uma "armação" para prejudicar a candidatura de FHC

logo, dizendo dispor "do maior escândalo da República, que poderia decretar a destituição do presidente", Collor teria dito que amigos seus, inclusive Lafayette Coutinho (ex-presidente do Banco do Brasil), possuíam documentos oficiais do governo das Ilhas Cayman comprovando irregularidades envolvendo membros do governo brasileiro.

Segundo Djalma Falcão, Collor

lhe contou que esses documentos comprovariam que, em 1994, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Serra e Sérgio Motta haviam constituído uma instituição financeira fantasma nas Ilhas Cayman, ali depositando algo "em torno de US\$ 400 milhões". "Ele me disse que, na condição de senador, eu tinha autoridade e obrigação de fazer essa denúncia", afirmou Falcão, acrescentando ter respondido que não fugiria à sua responsabilidade de senador, desde que dispusesse dos documentos oficiais que fundamentassem a denúncia.

Djalma Falcão observou que teria examinado esses documentos com juristas, a fim de constatar se eles mereciam fé. "Eu não fugiria à responsabilidade de cumprir o meu dever para com o país e o povo brasileiro. Se procedente, seria realmente um dos maiores escândalos da história do Brasil", observou o parlamentar.

Ele disse que Collor ficou de procurá-lo posteriormente, trazendo os documentos, mas jamais o fez. Agora que tomou conhecimento do noticiário dos jornais a respeito do assunto, Falcão disse ter concluído que "tudo não passou de uma armação para prejudicar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso".

Senador não crê na informação, mas deseja ver tudo apurado

"Conheço Fernando Henrique desde os anos 60. Para mim, seria algo totalmente fora de qualquer expectativa a mencionada conta bancária." A afirmação é do senador Eduardo Suplicy, pouco depois que o senador Djalma Falcão se disse convicto de que o envolvimento do governo com uma empresa fantasma nas Ilhas Cayman "não passa de uma armação".

Suplicy lembrou ontem que teve um relacionamento próximo com Sérgio Motta, conhecendo bem Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Mário Covas, daí por que não acredita nas denúncias de seu envolvimento com a formação de uma empresa fantasma nas Ilhas Cayman. Mas sustentou que

os fatos devem ser analisados com responsabilidade, visto que Lafayette Coutinho, "que tanto empenhou-se na revelação desses fatos", foi presidente do Banco do Brasil e sabe o que são documentos bancários.

Na opinião de Suplicy, o presidente da República e os outros mencionados no noticiário devem ajudar a examinar o caso em profundidade, para que se estabeleça a responsabilidade de quem forjou esses documentos. No seu entender, o Senado tem também o dever de examinar o assunto. Como líder do PT, Suplicy conjecturou que o responsável por esses fatos quis desestabilizar não o presidente da República, mas o Brasil.

Suplicy quer ouvir general Cardoso sobre "grampo"

Senador espera que chefe da Casa Militar esclareça investigações sobre escuta no BNDES e documentos contra membros do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao plenário ter encaminhado ao presidente da Comissão de Fiscalização e Controle requerimento de convocação do ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Mendes Cardoso. Suplicy quer que o general esclareça investigações conduzidas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre conversações gravadas mediante "grampo" no BNDES e sobre documentos que apontariam a existência nas Ilhas Cayman de uma empresa cujos sócios seriam o presidente da República; o ministro da Saúde, José Serra; o governador de São Paulo, Mário Covas; e o ex-ministro Sérgio Motta.

Em sua justificativa, Suplicy disse que a venda da Telebrás foi a maior privatização já realizada desde que o governo começou a alienar empresas estatais. "A mais remota possibilidade de essa operação estar eivada de vício preocupa toda a nação", afirmou o parlamentar, argumentando que negociações desse porte envolvem grandes somas, podendo propiciar, inclusive, tráfico de in-

Suplicy diz que negociação do porte da venda da Telebrás gera preocupações



fluência. Conforme o parlamentar, na gravação dessas conversas, apareceriam como principais personagens o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o atual presidente do BNDES, André Lara Resende.

CHANTAGEM

Conforme Suplicy, foi pouco tempo depois da venda da Telebrás que o ministro José Serra revelou ao ministro-chefe da

Casa Militar que estava sendo alvo de chantagem, por estar sendo apontado como um dos titulares de uma conta bancária nas Ilhas Cayman, conhecidas como paraíso fiscal. "Considerando as atribuições constitucionais do Senado Federal, a convocação do general Cardoso é de fundamental importância", justificou-se Suplicy, lembrando que a Casa tem a incumbência constitucional de apurar os atos do Poder Executivo.

Filhas de Maluf teriam pedido a Marta a divulgação da denúncia

Logo depois de pedir esclarecimentos do chefe da Casa Militar sobre documentos que incriminariam o presidente da República com a existência de uma empresa nas Ilhas Cayman, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contou que sua esposa, a deputada Marta Suplicy (PT-SP), foi procurada, no dia 4 de outubro passado, por Lígia e Lina (filhas do ex-governador Paulo Maluf) e por Jaqueline (nora de Maluf), as quais lhe pediram que levasse essa denúncia a público.

Suplicy disse que Marta não conhecia essas senhoras e que pediu detalhes do que elas lhe contavam. Alegando estarem movidas por sentimentos de defesa da "mulher brasileira", essas senhoras teriam dito que não dispunham dos dados que incriminariam Fernando Henrique Cardoso, José Serra (ministro da Saúde), Mário Covas (governador de São Paulo)

e Sérgio Motta (ex-ministro), mas que esses documentos já estariam nas mãos de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República.

CÓPIAS

Conforme Suplicy, só então Marta ficou sabendo que Paulo Maluf já procurara Lula, pedindo-lhe que fizesse a denúncia. Depois de uma conversa telefônica com o advogado Márcio Thomaz Bastos, o casal Suplicy ficou sabendo que os supostos documentos eram cópias xerox que atestariam a existência nas Ilhas Cayman de uma conta bancária com um saldo de US\$ 368 milhões, pertencente a membros do governo. "Como fazer uma denúncia daquela ordem sem maior conhecimento?", questionou Eduardo Suplicy.

Alguns dias depois, o senador disse que Lígia Maluf voltou a ligar para Marta, indagando se o PT tinha resolvido fazer algo. "Eu nem

li o documento e nem sei do que se trata", teria respondido a deputada, argumentando que, se tudo era verdade, por que o próprio Paulo Maluf (candidato na disputa para o governo de São Paulo) não fazia a denúncia? Do outro lado da linha, a filha de Maluf teria dito que seu pai não sabia de nada.

"Tudo soa muito estranho", comentou Eduardo Suplicy, lembrando que na mesma época as ruas de São Paulo exibiam cartazes de Maluf ao lado de Fernando Henrique Cardoso. "E depois, como ele seria confiável para ser ministro, depois de todo o esforço para fazer a denúncia?", questionou ainda o parlamentar, conjecturando que o povo brasileiro deve estar agora cheio de perguntas. Outra indagação de Suplicy é sobre "como fica a base de sustentação do governo diante desses fatos".

Jáder vê ato ilícito na divulgação

Líder do PMDB pergunta se a publicação de transcrição de conversas obtidas mediante ato criminoso – o “grampo” telefônico – não seria também um ato criminoso

Em um discurso veemente, em que foi apertado por 13 parlamentares, o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) afirmou ontem não acreditar nas informações publicadas na revista *Época* referentes à gravação clandestina de conversas telefônicas de altas autoridades da República, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso. O parlamentar lançou ainda uma suspeita: a publicação de transcrições de conversas obtidas mediante ato criminoso não seria também ilícita?

O senador, líder no Senado e presidente nacional do PMDB, recordou que a quebra de sigilo telefônico e de correspondência era uma violência cometida durante a ditadura que agora se vê mantida na democracia. Ele afirmou que as informações da revista pareciam-lhe profundamente graves e, mesmo com todo o respeito que mantinha por esse órgão de imprensa, recusava-se a acreditar no que fora divulgado.

Citando trechos da reportagem “Chantagem dentro do governo”, Jáder disse não poder acreditar que determi-

Para Jáder, quebra de sigilo telefônico é uma violência cometida durante a ditadura e que permanece na democracia



nado interessado no leilão de privatização da telefonia brasileira perdeu porque seu concorrente tivera conhecimento da proposta alheia por meio das gravações da conversa telefônica.

– Recuso-me a imaginar que o Mendonça de Barros (*ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e atual ministro das Comunicações*) considere que exista uma telegangue, e o governo, sabendo de sua existência, permita que essa telegangue vença o processo de

privatização. Recuso-me a acreditar, desculpe-me a revista *Época*, que se inclua na gangue o diretor de Política Internacional do Banco do Brasil, que teria organizado o consórcio e colocado a Previ para participar de uma telegangue – afirmou Jáder, citando afirmações da revista.

ILÍCITO

Jáder lançou então a suspeita, compartilhada por outros senadores, de que a divulgação da gravação clandestina – em si, um ato criminoso – seria

também uma atitude ilícita.

– O pior é que o crime de quebra de sigilo telefônico tem continuidade porque no momento em que se divulga, pela imprensa inclusive, o que estaria contido nas fitas, na verdade, é uma espécie de crime continuado – destacou.

Jáder afirmou que descartava preempitoriamente outra denúncia veiculada semana passada, de que o presidente da República, ao lado do governador Mário Covas, o ministro da Saúde, José Serra, e o falecido ministro das Comunicações, Sérgio Motta, mantinham uma instituição financeira fantasma nas Ilhas Cayman, no Caribe. Por isso concentrou suas observações na transcrição das fitas.

– Eu me interessei pelo que tem consistência, ou seja, o fato de um ministro de Estado dizer ao presidente da República que está sendo chantageado e uma revista da respeitabilidade da *Época* transcrever parte do que integraria essas fitas, transcrição essa que eu, mais uma vez, me recuso a admitir que tenha qualquer procedência – disse.

CE renova concessão de rádios e TVs

A Comissão de Educação (CE), em reunião presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem de manhã pareceres favoráveis a 13 projetos de decreto legislativo renovando concessão de emissoras de rádio e televisão em diversos estados. Todas as matérias vão a plenário para apreciação.

Foram aprovadas as renovações de concessão das emissoras Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas (São Paulo - SP), Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. (São Vicente - SP), Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. (São José do Rio Preto - SP), Rádio Terra FM Ltda. (Goiania - GO), Rádio FM Canavial Ltda. (Redenção - CE) e Rádio Mirador Ltda. (Rio do Sul - SC).

Também foram aprovados os pareceres favoráveis às renovações de concessão das emissoras Rádio Clube Rio do Ouro (Jacobina - BA), Rádio Difusão Águas Claras (Catuipe - RS), Rádio Leme Estéreo Som Ltda. (Leme - SP), FM Cidade dos Passarinhos Ltda. (Arapongas - PR), Radiodifusora Caxiense Ltda. (Caxias do Sul - RS), Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda. (Vitória - ES) e Rádio Mantiqueira Ltda. (Niquelândia - GO). Os projetos examinados ontem pela CE vão agora ao plenário do Senado.

Estiveram presentes na reunião os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS), Lauro Campos (PT-DF), Leonel Paiva (PFL-DF), João Rocha (PFL-TO), Francelino Pereira (PFL-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Beni Veras (PSDB-CE), Ernandes Amorim (PPB-RO), Romero Jucá (PFL-RR), Djalma Bessa (PFL-BA), Edison Lobão (PFL-MA), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Jefferson Péres (PSDB-AM) e João França (PPB-RR), além de Joel de Hollanda.

Mulher terá homenagem

A Comissão de Educação (CE) aprovou também parecer do senador Joel de Hollanda favorável a projeto de resolução da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que institui o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. De caráter não terminativo, a matéria será submetida à apreciação do plenário.

De acordo com o projeto, o Senado homenageará, a cada ano, durante a sessão especial de 8 de março – que comemora o Dia Internacional da Mulher –, cinco indicadas que tenham colaborado para a defesa dos direitos da mulher.

As sugestões de nomes deverão ser encaminhadas à Mesa Diretora até 1º de novembro do ano anterior. A apreciação dessas indicações e a escolha das agraciadas serão feitas por conselho composto por senadores designados por cada partido político com representação no Senado.

Miranda aponta erro na matéria da revista

Segundo o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), a revista *Época* errou em pelo menos um fato mencionado na reportagem publicada esta semana, em que revela o conteúdo de conversas telefônicas de integrantes do alto escalão do governo. Enquanto o senador Jáder Barbalho enfatizava sua recusa em acreditar na veracidade da publicação, Miranda denunciou, em aparte ao discurso do parlamentar, que o avião de sua propriedade não fora ao Rio Grande do Sul buscar o advogado do PT, Márcio Thomaz Bastos, conforme teria sido denunciado.

– Isto não é verdade porque a empresa de minha propriedade vendeu esse jato nos Estados Unidos da América, há mais de sete meses, por volta de março – afirmou, revelando o prefixo da aeronave: PT-WGM.

Miranda disse que desde a venda do avião costuma pegar carona com o senador Pedro Piva (PSDB-SP), quando não viaja em avião de carreira. Ele reiterou que a revista cometeu um “erro terrível”, o qual espera não se repetir mais.

O senador Piva também aparteu Jáder, salientando que sua fala traduzia bem a indignação de todo o Senado. Mas respondeu ainda a Miranda, comunicando que também sua aeronave fora vendida.

– Também, na minha empresa, fizemos nosso ajuste fiscal – afirmou.

Senadores pedem investigação pelo MP

As gravações clandestinas de conversas de altas autoridades do governo, divulgadas pela revista *Época*, merecem uma investigação exemplar, afirmaram vários senadores em apartes ao discurso do líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho. Coube ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), primeiramente, sugerir a Jáder que determinasse o envio de cópia de seu discurso ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para a tomada de providências cabíveis.

Jáder, porém, afirmou não acreditar que as informações transcritas pela revista tivessem qualquer procedência. Por isso, não acolheria a sugestão de Cabral. Logo depois, porém, o senador Roberto Freire (PPS-PE) lembrou que a Procuradoria Geral da República deveria agir de ofício para apurar o ilícito.

– Caberia ao Ministério Público apurar, até porque o “grampo”, por si só, é uma invasão de privacidade. No caso, cometida contra uma autoridade da República – afirmou.

Em seguida, a investigação foi também pedida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para ele, o Ministério Público já deveria ter-se pronunciado.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) engrossou o coro:

– Faço um apelo ao meu caro líder para que aceite a proposta dos senadores Bernardo Cabral e Ramez Tebet, no sentido de fazer o chamamento dos denunciadores ao Supremo Tribunal Federal – disse Simon.

Já Odacir Soares (PTB-RO) foi ain-

da mais veemente:

– Penso que o problema não é mais o “grampo”. Esse é um problema policial, da alçada do Ministério Público Federal, pois trata-se de crime federal. Não deveríamos, sequer, estar aqui imaginando pedir ao procurador para fazer isso ou aquilo, porque é ato de ofício – argumentou Odacir.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que solicitou a presença do general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência e que coordena as investigações sobre o caso, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, para explicar o que já foi apurado. Já José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que a outra denúncia, de que o presidente Fernando Henrique e outras autoridades teriam uma conta bancária nas Ilhas Cayman, fora apresentada primeiramente a seu partido.

– Se o PT tivesse, de forma leviana, feito as denúncias que se comprovassem falsas, os céus voltariam sua ira contra nós. Peço, então, que o rigor que seja cobrado dessas pessoas (que estariam chantageando o governo) seja o mesmo que se voltaria contra nós – afirmou.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) ressaltou que essa denúncia sobre a conta bancária não tem qualquer base, até porque todos que tentaram veiculá-la não o fizeram diretamente, porém procurando induzir outras pessoas a isto. Mas o senador Roberto Requião (PMDB-PR), parodiando o autor do discurso, disse que se recusava a acreditar que as filhas do candidato derrotado ao governo de São Paulo, Paulo Maluf, tivessem procurado a deputada Marta

Suplicy para induzi-la a divulgar documentos que não fossem verdadeiros.

– Quero lembrar a este Senado que na CPI dos Precatórios, quando tentávamos trazer para um depoimento o doutor Paulo Maluf, que tinha sido prefeito de São Paulo, ele não comparecia porque estaria supostamente no exterior. Mas, na verdade, ele estava com seu amigo Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, o que demonstra que havia entre os dois uma relação de absoluta confiança – ressaltou Requião.

O senador afirmou que, até prova em contrário, não crê que Paulo Maluf tenha mentido.

– Quero acreditar que o amigo do presidente da República, ex-prefeito de São Paulo, doutor Paulo Maluf, acreditava na veracidade dos documentos que apresentava ao PT para viabilizar uma denúncia no processo eleitoral. Quero acreditar até prova em contrário produzida pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal – observou Requião.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) estranhou o fato de que o presidente da República não tenha, até agora, ingressado com uma ação de perdas e danos contra a revista *Época*, já que considera crime a divulgação da escuta clandestina. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), por sua vez, também afirmou não acreditar no que fora divulgado, opinando ainda não ser mais possível haver escutas clandestinas no governo federal.

Simon quer maior controle sobre o que as TVs exibem

A programação das emissoras de televisão pode ser objeto de estudo e monitoramento pelo Senado. Proposta neste sentido foi apresentada ontem à Comissão de Educação pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende a criação de uma subcomissão permanente com este objetivo.

Além disso, o senador gaúcho quer ver instituída uma ouvidoria com atribuições de receber, analisar e tomar providências em relação a queixas e sugestões da sociedade sobre a programação.

Simon informou que a criação da subcomissão baseia-se no artigo 221 da Constituição que estabelece os princípios norteadores da pro-

gramação das emissoras de TV. De acordo com a Constituição, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão preferencialmente a finalidades educativas, artísticas, informativas e culturais, promovendo a cultura nacional e regional.

Pedro Simon salientou que o Congresso tem responsabilidade em tudo que influi na formação do povo.

— Longe de mim pensar em censura, mas, se nos preocupamos com a escola, a família e a sociedade, seria ridículo se não tivéssemos a convicção de que quem faz a cabeça de nossa gente é a televisão — justificou o senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo
7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade de Paulista; o médico Drazio Varela entrevista José Fernando Peres
Assunto: Futuro da pesquisa no Brasil - 3ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Unibiótica
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Faldore Goiano
9h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre pomografia na Internet
10h - Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)
Em discussão: Proposta de emenda constitucional que permite a participação do capital estrangeiro no setor da saúde
12h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre pomografia na Internet
13h - *Cores do Brasil* - a Serra dos Órgãos
13h30 - *Agenda Econômica* - O deputado Francisco Dornelles fala sobre estabilidade fiscal
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em votação: Proposta de emenda constitucional que estabelece prazo prescricional para reclamações trabalhistas de empregados rurais
Logo após, apresentaremos a Comissão de Assuntos Sociais
18h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre

pomografia na Internet
19h30 - *Agenda Econômica* - O deputado Francisco Dornelles fala sobre estabilidade fiscal
20h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre pomografia na Internet
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - Especial - República / 3ª parte - Com direção de Walter Avancini e produção geral de Paulo César Ferreira
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da Sessão Plenária
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

CAE

Maranhão é autorizado a refinanceir sua dívida

Comissão também aprova crédito de R\$ 275 milhões para saneamento e posterior privatização do banco do estado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a solicitação do governo do Maranhão para que seja autorizado a contratar refinanciamento de suas dívidas, no valor total de R\$ 244,3 milhões, de acordo com o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O relator, senador Djalma Bessa (PFL-BA), disse que o valor total da dívida do estado corresponde ao saldo devedor de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), atualizado em janeiro deste ano. Desse valor, será deduzida a parcela de R\$ 7,8 milhões, que foi o subsídio concedido pela União.

O valor a ser financiado e substituído por dívida contratual com a União será, portanto, de R\$ 236,5 milhões, com juros de 6% ao ano, num prazo de 30 anos. A operação de refinanciamento foi aprovada por parecer do Banco Central e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

De acordo com Bessa, a operação não aumentará o endividamento do estado e o impacto sobre o déficit público será positivo, porque haverá, por outro lado, uma redução da dívida pública global, em função da venda de ativos do estado.

Na mesma reunião, a CAE, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovou parecer favorável a abe-



Na reunião de ontem, a CAE autorizou operação de crédito de R\$ 57,1 milhões para o ajuste fiscal do estado de Rondônia

tura de crédito entre a União, o governo do Maranhão e o Banco do Estado do Maranhão (BEM), de R\$ 275 milhões, destinados ao saneamento e privatização do banco, também dentro do programa de ajuste fiscal dos estados. O relator da matéria foi o senador Gerson Camata (PMDB-ES), mas quem leu o parecer foi Djalma Bessa.

O estado de Rondônia também foi beneficiado com a aprovação de parecer favorável a operação de crédito, junto à CEF, no valor de R\$ 57,1 milhões. O relator da matéria, senador Leonel Paiva (PFL-DF), disse que a dívida será paga em nove prestações mensais consecutivas e que os recursos vão viabilizar o protocolo de acordo entre o estado e a União para o ajuste fiscal de Rondônia. Todos os parece-

res foram aprovados com pedido de tramitação de urgência no plenário do Senado. As matérias apreciadas pela CAE dependem ainda de deliberação do plenário da Casa.

Também estiveram presentes à reunião da CAE os senadores do PFL Francelino Pereira (MG), Bello Parga (MA), Jonas Pinheiro (MT), João Rocha (TO), Romero Jucá (RR), José Bianco (RO), Elcio Alvares (ES) e Edison Lobão (MA); os senadores do PMDB Fernando Bezerra (RN), Ramez Tebet (MS) e José Fogaça (RS); os senadores do PSDB Sérgio Machado (CE), Jefferson Péres (AM), Beni Veras (CE), Lúcio Alcântara (CE) e Lúcio Coelho (MS); os senadores do PT Eduardo Suplicy (SP), Lauro Campos (DF) e José Eduardo Dutra (SE); e o senador do PPB Esperidião Amin (SC).

Fogaça vê problemas em operação para o RJ

O senador José Fogaça (PMDB-RS) anunciou ontem, durante a reunião da CAE, que há sérios problemas na solicitação de operação de crédito entre a União e o estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 296,2 milhões, com a finalidade de ressarcir o estado das perdas fiscais em 1998 decorrentes do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

— Não se trata de convênio ou contrato com banco multilateral de desenvolvimento, mas de uma operação especialíssima em que há empecilhos para aprovação de autorização — informou o senador.

Segundo Fogaça, desde que a matéria foi distribuída a ele pelo presidente da CAE, senador Pedro Piva, foram solicitadas informações adicionais ao governo do es-



Fogaça disse que o nível de endividamento do estado ficaria acima das regras atuais

tado, repassadas então ao Banco Central (BC):

— O governo cumpriu compromissos essenciais mínimos, mas ainda há detalhes não resolvidos.

Entre os empecilhos, o relator citou o nível de endividamento do estado, acima dos limites estabelecidos pelas regras da comissão. Fogaça revelou-se impedido de apresentar parecer favo-

rável e acredita que um voto contrário poderia prejudicar o Rio de Janeiro, principalmente o futuro governo.

Como solução, o senador Francelino Pereira sugeriu a inclusão do Ofício-S 72/98 do Banco Central, que trata da operação, na pauta da reunião extraordinária da CAE convocada pelo presidente para amanhã. "Outros estados têm interesse nessa matéria", justificou.

O senador Romero Jucá acredita que o caso do Rio de Janeiro abre a porta para outros estados reaverem o dinheiro repassado ao Fundef. Para instruir uma futura decisão dos membros da CAE, Jucá solicitou ao BC informações sobre qual o montante total a ser financiado aos estados pelo governo federal, e não apenas ao Rio.

CAE altera normas da Zona Franca de Manaus

Substitutivo aprovado ontem pela comissão prevê que as empresas interessadas nos benefícios fiscais precisarão comprovar que seu processo produtivo incorpora tecnologias atualizadas e adota crescentes níveis de produtividade

Novas regras para a criação e o funcionamento de empresas na Zona Franca de Manaus foram definidas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. As normas estão previstas em substitutivo a projeto do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), de caráter terminativo, que recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) e foi aprovado pela comissão, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). A matéria ainda terá que ser apreciada pela comissão em turno suplementar, pelo fato de ter recebido substitutivo.

O projeto dá nova redação ao Decreto-Lei nº 288, de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus. Pelas novas regras propostas, passam a ser fixados e revisados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) os chamados PPBs, ou processos produtivos básicos, que são o conjunto mínimo de

operações que caracterizam a efetiva industrialização de determinado produto.

A partir da solicitação feita à Suframa, para sua habilitação aos incentivos fiscais, a empresa precisará comprovar que o seu processo produtivo incorpora tecnologias atualizadas e com níveis crescentes de produtividade e competitividade. Serão necessários pareceres conclusivos, sobre o pedido da empresa, dos ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo e da Ciência e Tecnologia, além da Suframa e do governo do Amazonas.

De acordo com o projeto, será exigida a publicação prévia do pleito da empresa e sua discussão em audiência pública. Ficou estabelecido também um prazo máximo de 60 dias para que o Conselho de Administração da Suframa dê seu parecer sobre o pedido da empresa para adquirir o PPB. Segundo Jefferson Péres, esse prazo é necessário porque,

O que dizem as novas regras

O Conselho de Administração da Suframa fixa os processos produtivos básicos – o conjunto mínimo de operações que caracterizam a efetiva industrialização de determinado produto

Para se habilitar aos incentivos fiscais, a empresa precisará comprovar que seu processo produtivo incorpora tecnologias atualizadas

Os órgãos governamentais dão pareceres conclusivos sobre o pedido da empresa

O pleito da empresa deverá ser publicado e discutido em audiência pública. A decisão final sai em 60 dias

atualmente, há casos em que esse processo leva até mais de um ano, prejudicando muitas empresas interessadas em participar do mercado da Zona Franca.

Os senadores José Fogaça

(PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romero Jucá (PFL-RR) fizeram várias perguntas para o relator sobre o processo para a concessão do PPB e a garantia para essa concessão ser suspensa

caso ocorram irregularidades. Jefferson Péres respondeu às perguntas e os senadores votaram favoravelmente à matéria, à exceção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que se absteve.

Saneamento básico no Piauí terá empréstimo da Alemanha

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva, aprovou ontem parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) autorizando operação de crédito entre a União e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) para financiamento do Projeto de Saneamento Básico do Piauí, no valor de até 16,5 mi-

lhões de marcos alemães. no Plurianual da União para 1996-1999 e que há, na Lei Orçamentária deste ano, previsão de recursos com vistas a custear o projeto – justificou Suassuna.

O KfW é um banco de desenvolvimento e ofereceu juros de 4,5% ao ano, fixos, incidentes sobre o saldo devedor principal, e um prazo de aproximadamente 18 anos e meio para pagamento. Do valor total, 1,5 milhão de marcos serão a título de contribuição financeira não-reembolsável.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra o empréstimo. Segundo ele, com a aprovação da operação, o Brasil caminha rapidamente para a moratória internacional.

– Caso a moratória fosse decretada em breve, eu seria favorável ao aumento da dívida para depois dar o calote – afirmou.

A CAE aprovou também parecer favorável do senador Jefferson Péres ao projeto de lei da deputada Célia Mendes que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal. Por se tratar de projeto autorizativo, o senador José Eduardo Dutra absteve-se na votação.



Ney Suassuna apresentou parecer favorável ao financiamento do projeto

lhões de marcos alemães.

Segundo o relator, os pareceres favoráveis do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional mostram que o pedido de autorização satisfaz as exigências legais.

– A Secretaria do Tesouro Nacional informa que a operação de crédito está dentro dos limites de endividamento da União, que o projeto consta do Pla-

Crédito para o Ceará será analisado em reunião extraordinária amanhã

A existência de diversas matérias para deliberação urgente levou o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Pedro Piva, a convocar reunião extraordinária da comissão para amanhã, às 10h. Será apreciada, entre outros itens, solicitação da Caixa Econômica Federal (CEF) para incluir operação de crédito no valor de R\$ 24 milhões com o Ceará como parte do refinanciamento da dívida do estado já aprovado pelo Senado.

Apesar de constar da pauta de ontem, o pedido da CEF não foi votado por não estarem presentes representantes da Secretaria da Fazenda do Ceará, que devem estar disponíveis para possíveis esclarecimentos aos senadores, segundo a Resolução 78/98. Ciente da ausência das autoridades e diante da urgência de autorizar a operação, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) argumentou a favor da realização da reunião extraordinária. A

matéria já tem parecer favorável do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

Em seguida, o senador José Fogaça solicitou a inclusão, na pauta da reunião de amanhã, de pedido de operação de crédito do estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Fogaça, que é relator da matéria, esclareceu que o pedido refere-se a refinanciamento da dívida com os servidores do Banco do Estado de

Santa Catarina (Besc), assumida pelo estado.

Por fim, outro projeto relatado por Fogaça, tratando de operação de crédito entre a União e o estado do Rio de Janeiro, também deve ser apreciado na reunião extraordinária, por sugestão do senador Francelino Pereira (PFL-MG). Pedro Piva garantiu aos senadores que a reunião será breve e não afetará o início da Ordem do Dia da sessão do Senado prevista para a manhã de amanhã.



Piva (D), ao lado de Jefferson Péres, convocou nova reunião por causa da extensa pauta

Benedita critica venda da Cedae

Senadora petista considera "imoral" decisão do governador do Rio de Janeiro de privatizar a companhia de água e esgoto "no apagar das luzes" do seu mandato

"Ao apagar das luzes, o atual governo do estado do Rio de Janeiro quer trocar, por um prato de lentilhas, patrimônio público da ordem de bilhões com a privatização da Cedae (Companhia Estadual de Desenvolvimento, Água e Esgoto)", denunciou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). "O Tribunal de Contas do Estado considerou o edital de leilão ilegal e eu o classifiquei de imoral", afirmou ela.

Para Benedita, a Constituição é clara ao definir a competência dos municípios na concessão de serviços públicos à população local, como é o caso de saneamento básico e fornecimento de água. "O governo estadual não pode vender o que pertence ao município. Para contornar esse preceito constitucional, o governador fez um 'acordo de gabinete' com



Benedita diz que governo estadual está extrapolando a sua competência

o prefeito do Rio de Janeiro para permitir o leilão da Cedae, mas se esqueceu que a companhia serve a outros municípios, como Niterói."

Além disso, acrescentou, nem a Câmara dos Vereadores nem a Assembleia Legislativa foram chamadas a autorizar o leilão. "A argu-

mentação do governador de que seu mandato vai até o dia 31 de dezembro fere a ética. Não entendo a pressa em privatizar a Cedae, mas lembro que o governo estadual vai deixar um passivo pesado, com 100 obras inacabadas e uma dívida que pulou de R\$ 4 bilhões para R\$ 21 bilhões, apesar de ter vendido tanto patrimônio público."

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) concordou com a argumentação de Benedita, classificando a privatização da Cedae de "ato de irresponsabilidade". Segundo ele, existe uma questão jurídica seriíssima em relação à Cedae, bem como uma certa confusão entre propriedade estadual e municipal no Rio de Janeiro, herança dos tempos em que a cidade foi capital do país. Para ele, a decisão de vender

a companhia deve ser municipal.

Enfatizando pertencer ao mesmo partido do governador, Távola disse que a privatização apressada da Cedae é condenável porque servirá, apenas, para tapar buracos financeiros da administração. "Trata-se de um ato, no mínimo, irresponsável que não honra as tradições do PSDB", afirmou.

Em apertes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ernandes Amorim (PPB-RO) e José Eduardo Dutra (PT-SE) apoiaram o pedido de cancelamento do leilão, marcado para os próximos dias.

"A privatização a toque de caixa é também um desrespeito a esta Casa, que aprovou projeto determinando que o poder concedente deve ser compartilhado pelos municípios", disse Benedita.



Amorim: nações ricas não fazem pelo meio ambiente o que cobram do Brasil

Amorim aponta incoerência de países ricos

"Os países ricos não estão preocupados com o meio ambiente, apenas com as riquezas da Amazônia", afirmou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), explicando que os ataques que eles fazem ao Brasil, por causa da devastação da região, não estão ligados ao controle da poluição. "Se fossem, esses mesmos países estariam preocupados em cumprir seus compromissos na Eco-92 de diminuir a emissão de gases poluentes que resulta no efeito estufa", disse.

Para Amorim, os povos da região Norte estão sendo prejudicados com medidas tomadas pelo governo brasileiro pressionado por esses países sob o pretexto de proteção ao meio ambiente. "O amazônida sofre de fome por falta de incentivos que permitam o plantio e cultura, pois caça e extração vegetal lhe são negadas sob pena de prisão; sofre com a malária e outras doenças, por falta de hospitais; e é vítima de descaso e abandono por parte de burocratas."

O senador por Rondônia afirmou que o governo precisa investir mais na região Norte e em seu povo. "A região somente é usada como aval para receber recursos internacionais que acabam indo para as regiões Sudeste e Sul. Enquanto isso, o cidadão que habita a floresta sofre medidas restritivas, em função de acordos que somente estão sendo cumpridos pelo Brasil", observou.

— Não basta assinar protocolos, é preciso exigir que os países ricos cumpram seus compromissos de reduzir os gases responsáveis pelo efeito estufa. Os Estados Unidos, o maior responsável, estão até aumentando o lançamento de poluentes na atmosfera. Especialistas alertam que o litoral brasileiro pode sofrer inundações em decorrência do fenômeno. Enquanto isso, o Brasil é tratado como o grande vilão — concluiu.

ACM recebe pedido para votar logo lei antidrogas

Os deputados Fernando Gabeira e Ursicino Queiroz fizeram ontem um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que seja dada urgência à votação de projeto de lei sobre drogas já aprovado pela Câmara dos Deputados.

O projeto adota conceitos modernos, como a distinção no tratamento a traficantes e dependentes, e endurece as penas para os responsáveis pela lavagem do dinheiro do tráfico.

Antonio Carlos entrou em contato, durante seu encontro com os deputados, com o relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), recebendo a garantia de que a matéria estará pronta para votação ainda este ano.

O deputado Ursicino destacou a preocupação, expressa no projeto de lei em tramitação, de mudar a atual legislação no que diz respeito ao tratamento dos dependentes de drogas.

Pelo projeto, os usuários deixariam de cumprir pena de prisão. "Poderiam sofrer restrições de alguns direitos, mas não da liberdade", explicou. O projeto permite à Justiça, por exemplo, condenar o usuário à prestação de serviços comunitários.



O ministro Edward Amadeo e o presidente do Senado conversaram sobre as propostas feitas pelo Executivo na área do trabalho



Ao encontrar-se com o senador democrata Joseph Lieberman, ACM elogiou a performance de seu partido nas eleições norte-americanas

Antonio Carlos reúne-se com ministro do Trabalho

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o ministro do Trabalho, Edward Amadeo. À saída do encontro, o ministro disse ter trocado idéias com o senador "a respeito das propostas enviadas pelo governo na semana passada ao Congresso".

Amadeo afirmou que se colocou à disposição do presidente do Senado e dos demais parlamentares para fornecer subsídios sobre emenda constitucional e projetos de lei que interessam diretamente à sua pasta. Esses projetos, segundo lembrou, fazem parte do conjunto de propostas com que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso "busca enfrentar a crise internacional e criar condições para a modernização da econo-

mia e das relações de trabalho no país".

Segundo o ministro do Trabalho, as propostas do governo pretendem dar maior liberdade aos sindicatos, acabar com o imposto sindical e reduzir o poder normativo da Justiça do Trabalho, estimulando as negociações diretas entre patrões e empregados.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também recebeu ontem pela manhã o senador norte-americano Joseph Lieberman, do Partido Democrata, com quem trocou impressões a respeito do funcionamento dos legislativos do Brasil e dos Estados Unidos. Antonio Carlos cumprimentou o parlamentar pelo bom desempenho de seu partido nas recentes eleições legislativas dos EUA.